

Artigo

E a pegada social?

Markus Brose, diretor executivo da CARE Brasil



Vencido o século marcado pelo embate entre ideologias que se encerrou com a queda do muro, tanto aquele real na Europa como o imaginário em nosso país, instalou-se a mesmice da democracia. Estamos num tempo onde todos são a favor da democracia e não nos engajamos mais no inebriante conflito entre o bem e o mal, mas no tédio da análise de prestações de contas de deputados e na busca pelo equilíbrio no orçamento público.

De modo similar, se no século passado os desenvolvimentistas podiam com consciência tranquila e zelo quase religioso rechaçar as dúvidas ao modelo de que os fins justificam os meios no crescimento econômico, estamos hoje em outro tempo. Tempo da mesmice, onde todos concordam com a necessidade da sustentabilidade. Mas este conceito de sustentabilidade continua não contendo uma componente social.

Estamos no tempo em qual o universo nos avisa - sem ideologia ou moral, simples e direto - que ultrapassamos os limites na retirada contínua de recursos naturais e na devolução ao meio ambiente de lixo, resíduos tóxicos, poluição e contaminação. Sabemos disso pelas mudanças climáticas que nos cercam e que irão atormentar nossos filhos e netos. Neste contexto de urgência, ao nos ater apenas aos aspectos ambientais, estamos, porém, postergando o verdadeiro debate: a redefinição dos preços para remodelar a economia e preservar a humanidade.

A urgência da discussão sobre a redução e a prevenção do impacto das mudanças climáticas importa demais para permanecer restrita aos órgãos e instâncias ambientais. Antes, deveria estar sendo conduzida pelo Ministério da Fazenda e pela Defesa Civil, pelo número crescente de secas e enchentes que enfrentaremos, pressionando os gastos públicos. Já a economia será alterada em seu cerne, nos preços, com impactos em nossa estrutura econômica. Consequentemente, teremos impactos na arrecadação.

As mudanças climáticas começaram a alterar custos, a poluição passou a ter um preço. O modelo de precificação em nossa economia é a verdadeira batalha do futuro. Os bens e serviços em nossa economia não são insustentáveis apenas por ainda não remunerarem a gestão dos recursos naturais ou os serviços ambientais. Também continuam não refletindo o custo social do subemprego e do trabalho informal, da baixa qualidade da educação, do sumiço dos royalties de gás e petróleo que deveriam garantir a justiça intergeracional, da produção de energia limpa mediante a realocação forçada de comunidades rurais, da criação de conflitos sociais quando da implantação de empreendimentos sustentáveis.

Por quanto tempo ainda continuaremos a conviver com empresas verdes e sustentáveis que integram a lista suja do trabalho escravo? Quando a sustentabilidade deixar de ser um adereço de marketing e se tornar exigência para a sobrevivência da empresa, rapidamente os temas da pobreza e da justiça social voltarão à mesa. Empreendimentos públicos e privados necessitarão de licença social para demonstrar que contribuem efetivamente com a redução da pobreza, e assim, com o desenvolvimento sustentável.

O Governo do Estado do Piauí representa uma das primeiras instâncias subnacionais a buscar uma política pública que integre o processo de desenvolvimento às mudanças climáticas. Em um estado com alto grau de vulnerabilidade, no qual cerca de metade da população depende do Bolsa-Família, o debate sobre a adaptação da economia às mudanças climáticas deve passar

Artigo

E a pegada social?

Markus Brose, diretor executivo da CARE Brasil



todos os segmentos da sociedade. Adaptação significa em nosso país o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), conforme mensurado pelo observatório Orbis da Federação de Indústrias do Paraná.

O Brasil tem sido pioneiro nas negociações do clima. Faz mais de dez anos que os negociadores brasileiros influenciaram no Protocolo de Quioto prevendo a criação do MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O primeiro MDL do mundo foi registrado no Brasil em 2004, assim como em 2008 registramos o primeiro MDL Programático. Qual o impacto social deste pioneirismo?

Como ONG com foco no desenvolvimento local, a CARE Brasil vem coordenando a sistematização de lições aprendidas em comunidades rurais, periferias urbanas, ONGs e movimentos sociais com os projetos do mercado de carbono em diferentes territórios do país. Na síntese que publicamos pela editora da PUC Goiás, fica constatado que a maioria dos projetos MDL não têm impacto social e, em alguns casos, causam conflito social. Que desenvolvimento sustentável é este que amplia a dívida social?

A demanda por bens e serviços verdadeiramente sustentáveis irá demandar ações cada vez mais qualificadas na área social. Se estamos em uma era onde a pegada de carbono já está sendo mensurada e começa a ser controlada, a pegada social continua grande e insustentável em nosso país. E a caridade e a filantropia não são suficientes para a superação da pobreza e a busca pela obtenção de melhores indicadores de desenvolvimento humano. Não existe sustentabilidade sem inclusão social, cadeias produtivas com comércio justo, cidadania, universalização dos direitos e empregos de boa qualidade.

**Markus Brose é diretor executivo da CARE Brasil, agrônomo, mestre em Gestão Pública pela Universidade de Londres e doutor em Sociologia Política pela Universidade de Osnabrueck/Alemanha.*

Sobre a CARE Brasil

A CARE é uma organização global, com mais de 60 anos de experiência, que trabalha de diferentes formas para combater a pobreza no mundo, com forte atuação também em emergências humanitárias. No Brasil, atua desde 2001 na promoção do desenvolvimento local investindo na geração de renda, educação e mobilização social. Para mais informações, visite: www.care.org.br.